

Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo¹

*Claudia Amorim Garcia
Luciana Gageiro Coutinho*

Resumo

Neste trabalho fazemos uma análise histórica do paradigma do individualismo no Ocidente, e em seguida investigamos de que forma o individualismo contemporâneo poderia relacionar-se com as novas modalidades de mal-estar subjetivo que se fazem presentes em nossa clínica, sobretudo por uma experiência recorrente de desamparo. Supomos que tal experiência é efeito de uma pulverização das referências identitárias na cultura contemporânea, exacerbada pela busca constante de um prazer sem restrições que se consolidou ao longo da instauração do individualismo. Nesse sentido, pensamos que as atuais condições de subjetivação interferem nos circuitos da pulsão, produzindo um excesso pulsional vivenciado pelos sujeitos como angústia, pânico, vazio e desvitalização, expressões contemporâneas do desamparo.

Unitermos

Individualismo; sujeito; desamparo; clínica psicanalítica; sociedade contemporânea.

Introdução

A noção de indivíduo e sua faceta psicológica são produções históricas resultantes de um longo percurso que se consolida na Modernidade, mas cuja origem pode ser remontada à Antiguidade Clássica. É no ápice do processo de construção do individualismo, em finais do século XIX, que se dá o surgimento da psicanálise – tributária, portanto, do pensamento moderno, que no entanto questiona e subverte. Assim, só a partir da criação da idéia de indivíduo como entidade independente, detentora de uma dimensão interior e apta à auto-observação foi possível a construção do conceito de sujeito com o qual a psicanálise trabalha.

A relação entre indivíduo, categoria sociológica, e sujeito, em sua acepção psicanalítica – herdeira subversiva da tradição filosófica – é complexa e

apresenta-se nos moldes daquela que se dá entre instinto e pulsão. Se a pulsão é uma subversão do instinto, no qual apóia-se de início, o conceito de sujeito em psicanálise também requer a idéia de indivíduo, seu substrato sociológico, do qual se diferencia radicalmente, subvertendo-o, sem conseguir dele se livrar. Assim, novas configurações do individualismo provocam efeitos subjetivos, que insistem em demonstrar a relação inevitável e paradoxal que mantêm entre si. É justamente a relação entre um modo individualista de existir, dominante no Ocidente, e a experiência psíquica dos sujeitos contemporâneos, que este trabalho pretende discutir.

Quando falamos em individualismo hoje somos remetidos a diversas questões, que vão desde a discussão a respeito dos fundamentos da Modernidade até o debate sobre a cultura contemporânea do narcisismo, atrelada ao declínio da esfera pública e à inflação da esfera privada no mundo ocidental (Sennett, 1988; Lasch, 1991). De fato, o conceito de individualismo tem sido empregado no campo das ciências humanas de diversas formas e com múltiplos sentidos, de acordo com os diferentes propósitos a que se presta. Portanto, para dar início a uma discussão a respeito do individualismo na sociedade contemporânea, torna-se necessário, antes de mais nada, mapear o campo teórico relativo a esse conceito, até que possamos discutir a situação atual e formular hipóteses a respeito de suas repercussões psíquicas.

Por outro lado, no que se refere especificamente aos aspectos subjetivos, a clínica psicanalítica contemporânea confronta-nos com manifestações de sofrimento psíquico, que nos fazem pensar em uma nova forma de mal-estar na civilização, tendo em mente o texto elaborado por Freud em 1930. Enquanto Freud deparava-se com uma cultura que cerceava o indivíduo, impedindo a satisfação das pulsões sexuais e agressivas, hoje vivemos em uma sociedade que cultua a liberdade individual como valor absoluto e hegemônico, estimulando a busca de prazer constante, o que com frequência, e paradoxalmente, resulta em uma experiência de insuficiência e fracasso (Ehrenberg, 1998). Em termos psíquicos, tal situação apresenta-se na forma de um excesso pulsional vivido como angústia. Ora, se a preocupação de Freud concentrava-se sobretudo nas conseqüências subjetivas das restrições à satisfação da pulsão, nossa investigação hoje deve incluir também os efeitos psíquicos da imposição de uma busca de prazer ilimitado *vis-à-vis* à fragilização de referências simbólicas na cultura, que possam circunscrever o campo do desejo. Nesse sentido, parece que hoje deparamo-nos com manifestações de dor psíquica motivadas mais pela exigência de prazer do que pela restrição ao prazer. Ao que tudo indica, o sujeito contemporâneo vê-se aprisionado na promessa enganosa de obtenção

da liberdade e do prazer irrestritos, sem se dar conta de sua submissão às imposições sociais, que mais apontam para um controle disciplinar do que para a possibilidade do livre exercício de seu desejo.

Essas considerações iniciais sugerem que o conceito freudiano de desamparo, definido justamente como excesso pulsional, ganha um lugar de destaque na psicanálise contemporânea. Será então possível supor que a exacerbação da experiência do desamparo constitui uma das expressões psíquicas possíveis dos novos rumos do individualismo no mundo de hoje? Para discutir essa questão buscaremos nas ciências sociais e na psicanálise os fundamentos teóricos necessários, e desenvolveremos algumas hipóteses a respeito das relações entre individualismo e desamparo na sociedade ocidental contemporânea.

Os novos rumos do individualismo

A concepção de *indivíduo* origina-se de um contexto sociocultural que emergiu gradativamente no Ocidente por meio de complexas articulações e sobredeterminações. Do ponto de vista filosófico, o paradigma individualista tem raízes tanto no romantismo quanto no iluminismo, que remontam ao humanismo e ao racionalismo renascentistas, nos quais já podemos identificar, como observa Renaut (1995), as questões da liberdade e da autonomia fundamentais para a emergência do individualismo. A idéia do homem como centro do universo, que usufrui de autonomia do espírito, liberdade da razão e exercício da vontade, é central na passagem do mundo medieval ao mundo moderno, e torna possível a afirmação do indivíduo como princípio e como valor. O indivíduo moderno reúne traços iluministas e românticos na medida em que é definido sobretudo pela razão e pela vontade humanas, diferenciando-se bastante do indivíduo pré-moderno, orientado fundamentalmente por uma ordem transcendente.

Do ponto de vista das transformações sociais presentes na origem do individualismo, as teses apresentadas por Dumont (1985), em *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, são bastante esclarecedoras. O autor considera a instauração da cultura individualista no Ocidente como uma manifestação da ideologia moderna, em seus aspectos econômicos, políticos e religiosos², que teve como marco inaugural a Revolução Francesa. Dessa forma, Dumont articula a consolidação da concepção de indivíduo como um ser uno, livre e responsável por seus próprios atos, ao surgimento do cidadão moderno, célula mínima do Estado democrático, que lhe garante contratualmente direitos e deveres. Assim, o individualismo em

Dumont remonta ao contrato social e às origens do pensamento democrático, que rejeitam a legitimação do poder político por herança ou pela vontade divina, e fundamentam a sociedade política em bases totalmente distintas, a partir do pensamento de Hobbes, Locke e Rousseau.

A questão do individualismo também nos remete aos trabalhos de Georg Simmel, que apesar de terem sido escritos no início do século, apontam caminhos que vão além da definição dumontiana. A obra de Simmel é fortemente marcada em suas peculiaridades pelo romantismo alemão, no qual as idéias de privacidade, singularidade e de uma biografia pessoal única para cada indivíduo eram intensamente cultivadas. Sendo assim, o individualismo em Simmel (1957), diferentemente da versão de Dumont (1985), tem como marca original essa influência romântica, impregnada por um certo subjetivismo.

Simmel (1957) trabalha com a idéia de “duas revoluções individualistas” na história do Ocidente, sistematizando dois tipos de individualismo: um quantitativo, ou de *singleness*, e um qualitativo, ou de *uniqueness*³. Segundo o autor, a primeira revolução individualista teria sido uma revolução quantitativa ou numérica, fruto do iluminismo, visando o homem em sua universalidade, o que corresponde à concepção do indivíduo como um cidadão livre e autônomo, destacado do todo social. A instauração do individualismo de *singleness* tem como marco a Revolução Francesa, quando se consolidam os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Por outro lado, a segunda revolução individualista, relativa ao individualismo de *uniqueness*, diz respeito à dimensão de excepcionalidade e singularidade do indivíduo moderno, sendo promovida por meio do ideário romântico que se disseminou na Europa no século XIX.

Assim que o eu tornou-se suficientemente fortalecido pelo sentimento de igualdade e universalidade, buscou mais uma vez a desigualdade – mas desta vez uma desigualdade determinada de dentro para fora. Depois do indivíduo ter sido, em princípio, liberado das cadeias enferrujadas da guilda, do *status*, da hereditariedade, e da Igreja, a busca da independência continuou até o ponto em que indivíduos, que haviam se tornado independentes dessa maneira, também queriam distinguir-se uns dos outros. O que importava agora não era mais ser um indivíduo livre como tal, mas ser um indivíduo singular e insubstituível (Simmel *apud* Figueira, 1981, p. 91).

A análise do individualismo de *uniqueness* parece-nos particularmente interessante para pensar o próprio nascimento da psicanálise e a constituição do conceito de sujeito do desejo, marcado pela singularidade, na cultura individualista moderna (Bezerra, 1989; Figueiredo, 1996). Ela contribui para a concepção de subjetividade na Modernidade, sendo caracterizada principalmente pelo culto à diferença e pelo cultivo da dimensão interior. Mas será que

o contexto social contemporâneo do individualismo ainda favorece a constituição da subjetividade nessas mesmas bases?

Na passagem do século XIX para o século XX, a concepção de privado e individual tende a se afastar cada vez mais das utopias igualitárias de 1789, tal como supõe Simmel (1957) quando discute o individualismo qualitativo. De fato, no século XX podemos notar uma expansão da sociedade de consumo, articulada à ascensão do liberalismo no âmbito político, o que favorece um incremento dos ideais libertários em substituição aos ideais ligados ao trabalho, e uma fragilização das instituições tradicionais como o Estado e a família. Nesse novo cenário, o privatismo adquire uma nova feição, que resulta, entre outras coisas, em mudanças relativas à esfera familiar. Enquanto o fortalecimento da família nuclear burguesa, no século XIX, pode ser articulado à ascensão do individualismo, nas últimas décadas do século XX deparamo-nos com inúmeras transformações sofridas por essa instituição. Podemos notar, então, que a função que a família desempenha na constituição da subjetividade vem sendo alterada em função da passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade permissiva (Lasch, 1977). Tais alterações têm repercussões inegáveis na esfera individual, a partir das quais Salem (1991) apresenta uma nova versão do conceito de individualismo, paradigmático do contexto social contestatório que predominou nos anos 60 e 70: o individualismo libertário.

O elemento crucial na definição do individualismo libertário é o ideal de liberdade individual, articulado a todo um ideário de liberação presente de diversas formas na relação do indivíduo com o social. O ideário da liberação questiona todo e qualquer constrangimento social, o que recai particularmente sobre a esfera da sexualidade, dando origem a diversos movimentos reivindicatórios que adquirem o estatuto de uma luta política⁴. O corpo – como corpo do prazer – torna-se a expressão mais clara do cultivo do eu e da liberação, objeto primordial de exercício da ideologia libertária, podendo ser tomado como o representante visível da identidade de cada indivíduo. Além disso, já que liberdade e singularidade estão intimamente relacionadas no ideário libertário, a valorização do natural, do espontâneo, da anti-normatividade e do subjetivo desemboca em uma “ética que exacerba valorativamente as diferenças individuais” (Salem, 1991, p. 69), o que nos permite concluir que de uma maneira geral, o individualismo libertário pode ser tomado como uma reedição do individualismo de *uniqueness* (Simmel, 1957).

A prevalência assumida pelo indivíduo, pelo pessoal, e a valorização imputada às idiossincrasias e à subjetividade evidenciam-se ainda, por um lado, na ênfase em direção à intimização – conforme salientado por Lasch em sua análise do ‘narcisismo

moderno'. De outro, tais valores afirmam-se como os fundamentos éticos últimos dos discursos sociais e como razão de ser das instituições. Ou seja, vinga a representação do social como derivando sua inteligibilidade última do indivíduo, e da totalidade como subordinada e estando a serviço do pleno desenvolvimento das potencialidades individuais (Salem, 1991, p. 72).

O período libertário significou uma profunda transformação na esfera dos ideais sociais na cultura ocidental – pautada por uma configuração das relações entre o público e o privado –, e delineou novos laços sociais, novas formas de lidar com as diferenças entre os sexos e entre as gerações, que ainda hoje marcam fortemente nossa sociedade. É assim que chegando ao final do século XX, deparamo-nos com uma série de discursos que se referem ao final nostálgico de um tempo de grandes projetos utópicos, marcados por um pessimismo explícito, que disputam a cena com outros em que prevalece uma certa celebração alegre do recomeço. Fala-se na crise do contrato social moderno diante da ausência de referências comuns que assegurem sua sustentação, o que tem sido bastante enfatizado por Boaventura Santos (1998). Vem daí também a suposição de Maffesoli (1987) relativa ao fim do individualismo, que postula a emergência do tribalismo como laço social sustentado por relações horizontais, que se diferencia dos grupos contratuais, cuja organização hierárquica remonta ao laço social típico da Modernidade. Sem adotar integralmente a suposição relativa ao fim do individualismo, vejamos melhor em que medida o tribalismo pode nos fazer pensar sobre os novos rumos do individualismo na contemporaneidade.

A hipótese de Maffesoli (1987) relativa ao tribalismo contemporâneo é sustentada a partir do argumento central de que, enquanto na Modernidade a razão é hegemônica e determina o culto ao “eu” como uma identidade separada e fechada sobre si mesma, no mundo contemporâneo esse não é mais o paradigma vigente. Segundo ele, o que caracteriza a situação atual é a ênfase nas experiências afetivas compartilhadas por um “nós”, como se dá nos diversos microcosmos por ele designados como tribos.

Na verdade, eu tenderia a postular que a saturação da forma política caminha lado a lado com a saturação do individualismo. Estar atento para esse fato é, pois, uma outra maneira de se interrogar sobre as massas. Tanto no que diz respeito ao conformismo das gerações mais jovens, à paixão pela semelhança, nos grupos ou tribos (...), tudo nos leva a dizer que assistimos ao desgaste da idéia de indivíduo dentro de uma massa bem mais indistinta (1987, p. 92).

Parece que ao postular o fim do individualismo, o autor refere-se especificamente à sua vertente iluminista, articulada ao projeto político moderno, tal como foi inaugurado pela Revolução Francesa. Consideramos, porém, que a

postulação de Maffesoli referente ao fim do individualismo e à ascensão de um neo-tribalismo em nada se opõe ao individualismo de *uniqueness* trabalhado por Simmel, que denuncia os furos existentes no contrato social, uma vez que a liberdade e o culto à diferença sobrepujam os ideais igualitários nele presentes. Dessa forma, a hipótese do tribalismo pode ser pensada como um instrumento interessante para a discussão a respeito do individualismo contemporâneo como uma nova versão do individualismo de *uniqueness* (Simmel, 1957), marcada pela ausência de referências estáveis mais do que por marcos simbólicos definidos, ou mesmo por uma busca libertária explícita e referenciada. Talvez pudéssemos também considerar essa versão contemporânea do individualismo, que se manifesta por meio do tribalismo, como uma tentativa de recuperar um sentimento de pertencimento e de reconhecimento, que por vezes pode resultar até mesmo na constituição de grupos fundamentalistas e totalitários.

Sendo assim, parece-nos que o indivíduo contemporâneo não se pauta mais prioritariamente pelos ideais libertários, tal como em 60, quando buscava a superação de limites e interditos orientados por projetos utópicos. Por outro lado, supomos que o que caracteriza o individualismo contemporâneo é uma experiência de desenraizamento, de errância, vinculada à perda de referências simbólicas, que leva a uma busca constante de ancoragens identitárias, ainda que transitórias. Esta configuração atual do individualismo expressa-se nitidamente no tribalismo contemporâneo, o que nos faz pensar, enfim, em uma nova versão do individualismo de *uniqueness* na contemporaneidade, alimentado tanto pelo culto à diferença e à autenticidade quanto por uma busca incessante e impositiva de liberdade, que se contrapõe às restrições e à ênfase na segurança típicas da Modernidade. Como bem observa Bauman:

Os mal-estares da Modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da Pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (1997, p. 9).

Portanto, pensamos que o lugar que a liberdade ocupa no laço social contemporâneo produz uma nova versão individualista, marcada sobretudo pelo mal-estar associado à *errância* à qual estão submetidos os indivíduos hoje. A partir disso, propomos a figura de um *indivíduo errante*, sem amarras e à deriva, como paradigmática dos novos contornos que o individualismo assume em nossa época. Sugerimos que a errância contemporânea traduz-se em uma modalidade de sofrimento psíquico, associado a uma situação de insegurança ou instabilidade identitária, exacerbada pela imposição da busca do prazer constante e sem restrições. Nossa suposição, referendada pela

escuta clínica, é de que este estado de coisas apresenta-se subjetivamente por meio de diversas manifestações de sofrimento psíquico, articuladas a uma experiência de desamparo perturbadora.

Individualismo e desamparo

Na extensa literatura que discute a questão do desamparo em psicanálise, o texto de Freire Costa, provocadoramente intitulado *O mito psicanalítico do desamparo*, parece estar na contramão. Nele o autor, apoiando-se em argumentos pragmáticos, questiona o caráter ontológico atribuído ao desamparo, ressaltando que é o sistema de crenças e descrições em que estão inseridos os conceitos que lhes confere sentido e plausibilidade. Criticando o debate autonomia *versus* heteronomia, que define a relação do eu com o outro em uma determinada concepção predominante no mundo contemporâneo, e herdeira de uma longa tradição ocidental, Freire Costa afirma: "A autonomia, entendida como imposição da ordem utilitarista, racional, instrumentalizadora, é o que produz o 'sentimento psicanalítico do desamparo'" (2000, p. 41).

Partindo daí, o autor discute correntes filosóficas e teorias psicanalíticas, nas quais o desamparo, como categoria conceitual, perde sua relevância, ou das quais ele está ausente, não se constituindo como uma questão interessante para aqueles sistemas. Sua afirmativa final, no entanto, aponta para a pertinência da discussão sobre o desamparo, desde que considerado como mais uma categoria derivada de um sistema de crenças e narrativas específico e despojado, portanto, de qualquer pretensão essencialista e/ou universal.

Para finalizar, criticar, de modo pragmático, a noção de desamparo não significa desqualificar, clinicoteoricamente, a experiência psicológica ou a realidade fenomenológica emocional designada dessa maneira. Uma coisa, no entanto, é ver o fenômeno como mais um produto imaginário de nossas defesas egóicas; outra coisa é torná-lo a mais fundamental propriedade do sujeito psicanalítico do inconsciente (2000, p. 44).

É a partir da evidente relevância clínica do sentimento de desamparo nos dias de hoje, e da convicção de que estamos discutindo uma categoria conceitual que só se justifica dentro de uma rede de crenças e narrativas, da qual deriva uma determinada leitura psicanalítica, que propomos uma discussão sobre o desamparo como uma das possíveis respostas afetivas às condições de subjetivação presentes na sociedade individualista atual. Pensamos também que a psicanálise, inaugurada por Freud no início do século XX, constitui-se em uma interpretação peculiar e crítica da subjetividade moderna, campo em que se situa nossa reflexão sobre o desamparo como categoria psicanalítica.

É decididamente intrigante a insistência com que Freud referiu-se ao desamparo ao longo de seus escritos, e o lugar de destaque que lhe atribuiu. Em trabalhos tão dispares quanto *Projeto*, de 1895, e *Inibições, sintomas e ansiedade*, de 1926, o desamparo é apresentado como solo de constituição subjetiva, a partir do qual o outro⁵ adquire valor inestimável na construção da realidade psíquica, o que atesta a importância do desamparo para o entendimento do sujeito.

O texto freudiano sofreu tremendas modificações ao longo de sua construção, o que não poderia deixar de se refletir na discussão sobre o desamparo. Portanto, surpreende constatar que apesar da diversidade de referências que permeiam os trabalhos de Freud, o núcleo da noção permanece o mesmo: estar desamparado é estar à mercê. É justamente este aspecto central do desamparo que mais nos interessa destacar aqui, enfatizando sua dupla face. Assim, falta de amparo, ou ausência de sustentação, só se configura como desamparo, em psicanálise, na medida em que evoca no sujeito a experiência subjetiva de estar submetido a uma intensidade pulsional excessiva, que o deixa à mercê do outro; isto é, assujeitado aos caprichos do outro, que pode ou não auxiliá-lo a lidar com esse estado emocional. Nossa suposição, neste trabalho, é de que o sentir-se agudamente desamparado apresenta-se com intensidade na situação de estar à deriva, sem amarras, errante, que caracteriza a experiência contemporânea. Nesse sentido, hoje identificamos, principalmente a partir da escuta clínica, uma exacerbação do sentimento de desamparo, que se apresenta inequivocamente como uma faceta afetiva do individualismo em sua versão atual.

É no *Projeto* que Freud pela primeira vez refere-se ao desamparo, quando descreve a experiência de satisfação como momento inaugural da constituição psíquica. Submetido a um aumento de excitação interna, o filhote do homem percebe-se subjugado pelo pulsional que não consegue apaziguar, e portanto ao sabor dos caprichos de um outro, semelhante, próximo, único capaz de pôr fim ao desprazer produzido pelo aumento de tensão. Para Freud, desde o início, desamparo é a experiência de estar duplamente à mercê – encruzilhada onde se encontram pulsão e outro na produção do sujeito que deseja. O desamparo inaugura a necessidade do outro/Outro, a partir do qual se funda a capacidade de desejar.

A dialética entre o excesso e a falta, que caracteriza estados agudos de desamparo, parece-nos extremamente elucidativa do que ocorre no campo subjetivo hoje. Assim, se a afirmativa freudiana de que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Freud, 1895, p. 422) evidencia claramente que a “assistência alheia” benevolente pode tornar-se a origem do ideal e representante da lei simbólica, sua ausência,

por outro lado, agrava insuportavelmente o desamparo. Na falta do outro como próximo, semelhante, e também do Outro como sustentação simbólica, o sujeito vê-se às voltas com um aumento excessivo de uma intensidade pulsional, sentida como angústia, cenário que configura o que entendemos como desamparo como face subjetiva da errância típica do individualismo contemporâneo.

É nesse sentido que caminha também o argumento de Costa Pereira, quando em sua excelente análise do desamparo afirma que este diz respeito fundamentalmente à capacidade metafórica da linguagem, e “indica os limites e as condições de possibilidade do próprio processo de simbolização” (1999, p. 127), o que nos leva a pensar no horizonte último de capacidade do próprio aparelho psíquico. Sentir-se desamparado, nesta acepção, é ser confrontado traumáticamente com a impossibilidade de representar e organizar simbolicamente a experiência, e assim ter que suportar o que é da ordem do indizível, daquilo que não se consegue traduzir para o campo da linguagem, ou melhor, é dar-se conta da própria condição de assujeitamento ao Outro. Essa versão do desamparo mostra-se particularmente interessante na análise do campo subjetivo atual, no qual o excesso de informação e estimulação de vários tipos desestabiliza o sujeito e põe à prova sua capacidade de metabolizar e atribuir sentido à experiência cotidiana, exacerbando uma condição que lhe é inerente como ser falante.

Estar à mercê do outro não significa apenas estar ameaçado pela falta do outro, mas também estar desprotegido e despreparado sob a ameaça do outro gozador. É nesse sentido, como muito bem assinala Costa Pereira (1999), que Freud comenta que os recém-nascidos são tabu, já que se encontram em um “estado que possui a qualidade de provocar desejos proibidos em outros e de despertar neles um conflito de ambivalência” (1913, p. 53). A situação de desamparo, portanto, incita o gozo do outro, intensificando a vulnerabilidade daquele que está à mercê.

Homens mortos, recém-nascidos e mulheres menstruadas ou nas dores do parto estimulam desejos pelo seu desamparo especial; um homem que acaba de atingir a maturidade, pela promessa de novo prazer. Por essa razão, todas essas pessoas e todos esses estados são tabu, visto que se deve resistir à tentação (p. 53).

Tornar tabu aqueles que se encontram em uma situação de desamparo é garantir sua proteção. Então o tabu tem uma função duplamente protetora, na medida em que contém o gozo, impedindo a realização dos “desejos proibidos”, e salvaguarda o sujeito desamparado da posição de objeto frente ao outro, situação corriqueira no nosso cotidiano. Na verdade, a fragilização da Lei, verdadeira herdeira do tabu das sociedades simples, que interdita as tendências

mais brutais – “o homem é o lobo do homem”, avisava Freud em 1930 –, ou seu exercício irrestrito, que freqüentemente sanciona a vontade de gozo (Costa Pereira, 1999) – afinal, é o assassinato do pai primordial que fundamenta a Lei – que vivenciamos atualmente, legitimam nossa suposição de que vivemos em uma situação exacerbada de desamparo como núcleo da situação de perigo, coforme assinalou Freud em 1926.

É impressionante a atualidade de *Inibições, sintomas e ansiedade*. Ao relê-lo temos a impressão de que é um texto complementar ao *Mal-estar*, que discute, no plano subjetivo individual, a tese cultural de 1930. A articulação entre eles se constitui em uma brilhante análise crítica da modernidade, na qual ao desamparo é atribuída a função de causa primeira, não apenas do sofrimento neurótico – pelo menos nos últimos cem anos –, mas também da invenção do cultural, o que aponta para o caráter paradoxal da noção de desamparo em psicanálise. De fato, sofre-se a partir do desamparo, mas é também sua inevitabilidade que serve de motor para a construção da cultura.

A relação entre angústia, desamparo e valor do objeto constitui o centro do argumento freudiano em 1926. Angústia é um afeto intenso e desprazeroso que ocorre como efeito de um aumento de excitação, e “é um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico” (Freud, 1926, p. 162). Enquanto a angústia automática corresponde a um aumento súbito de intensidade, a angústia como sinal aparece só depois que a associação entre diminuição de desprazer e presença do objeto é estabelecida. A partir de então, o sinal de angústia passa a apontar para o perigo representado pela separação do objeto benfazejo que possibilita a descarga de tensão, e cuja perda pode resultar no abandono do sujeito à situação de desamparo, entendido como o fator biológico na causa da neurose.

O fator biológico é o longo período de tempo durante o qual o jovem da espécie humana está em condições de desamparo e dependência. Sua existência intra-uterina parece ser curta. (...) Como resultado, a influência do mundo externo real sobre ele é intensificada, e uma diferenciação inicial entre o ego e o id é promovida. Além disso, os perigos do mundo externo têm maior importância para ele, de modo que o valor do objeto que pode somente protegê-lo contra eles e tomar o lugar da sua antiga vida intra-uterina é enormemente aumentado. O fator biológico, então, estabelece as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado que acompanhará a criança durante o resto de sua vida (p. 179).

A relação entre angústia, desamparo e valor do objeto é construída e esclarece a afirmativa de Freud, segundo a qual toda reação de angústia assinala uma ameaça de separação do objeto, o que pode lançar o sujeito em uma

situação de desamparo. Dessas considerações derivam-se dois corolários. Primeiro, toda situação de perigo é, em última análise, uma situação “reconhecida, lembrada e esperada de desamparo” (p. 191). Segundo, o outro adquire um valor inestimável para o sujeito, “sendo o objeto uma proteção contra toda situação de desamparo” (p. 192). Podemos, a partir daí concluir que na perspectiva freudiana o perigo é sempre uma ameaça de desamparo e, não menos importante, que a relevância do outro para o sujeito depende diretamente da intensidade de experiências de desamparo que o assolam. Duas afirmativas que podem nos auxiliar na compreensão do sujeito contemporâneo e suas mazelas.

O pânico e a depressão: duas faces do desamparo hoje

O processo de constituição do individualismo no Ocidente parece ter atingido um patamar que se faz representar pela figura do indivíduo errante, sempre em busca de liberdade e autonomia, guiado pelas exigências da funcionalidade, da performance e da eficiência – transformados em verdadeiros ideais sociais. O excesso de estimulação a que está constantemente submetido e a fragilização dos suportes simbólicos identitários, que sustentavam a trajetória existencial de seus antepassados, resultam em uma experiência de intensa incerteza e imprevisibilidade, tantas vezes associada a situações de fracasso e frustração. Incitado a assumir total responsabilidade por sua vida, na falta de suportes tradicionais religiosos, institucionais ou mesmo familiares, e confrontado com a exigência do rendimento e do sucesso, o indivíduo entra em colapso. A consequência subjetiva desse estado de coisas apresenta-se sob a forma do desamparo.

Definimos desamparo como uma experiência intensa do estar à mercê que parece assinalar os limites radicais com que se depara o sujeito hoje frente a uma exarcebação do pulsional e uma supervalorização do outro. É ao dar-se conta de sua fragilidade para lidar com o excesso pulsional, sob forma de angústia que o ameaça, e do lugar de objeto de gozo que ocupa e para o qual é ao mesmo tempo atraído e horrorizado, que o sujeito se depara, então, com uma situação intensa de desamparo e adoce. Duas versões dessa dor psíquica parecem-nos excepcionalmente representativas do mal-estar contemporâneo: o pânico e a depressão.

No pânico, o sujeito se horroriza com a ameaça constante de morte, enquanto na depressão ele se assusta com a familiaridade com que convive com a idéia de morte. Desmoronamento, colapso, dissolução, são impressões conhecidas e insuportavelmente constantes, que também caracterizam o desamparo subjacente aos ataques de pânico e às crises depressivas. A supervalorização

aditiva ao outro também lhes é comum: no pânico o outro encarnado e concreto; na depressão o outro imaginário e idealizado. Para ambos, no entanto, o Outro falta assustadoramente e exacerba a experiência do estar à mercê.

Pânico e depressão, duas faces do desamparo, que tão eloqüentemente representam a situação do sujeito no mundo hoje. Parece-nos, no entanto, que a dor psíquica que veiculam manifesta-se de maneiras bem diferentes, fazendo-nos atribuir a cada um deles um pertencimento singular. A encenação do ataque de pânico bem demonstra a ênfase na exterioridade e os traços da sociedade do espetáculo tão presentes no cenário atual. É como se o sofrimento daquele que se vê acometido pelo pânico pudesse ser a manifestação mais pungente e atual do mal-estar subjetivo hoje, fiel representante do *modus vivendi* que nos caracteriza. O ataque de pânico é uma expressão afirmativa incontestável da dor do existir contemporâneo.

A depressão é o seu negativo. A crise depressiva confronta-nos com o lado obscuro e cavernoso do sofrimento psíquico hoje, e sua apresentação mais se assemelha ao recato da jovem vitoriana ou ao silêncio ameaçador do melancólico. O deprimido é um herdeiro legítimo da subjetividade moderna, e anuncia, talvez, uma resistência silenciosa e perniciosa no cenário contemporâneo.

Pânico e depressão, a imagem e seu negativo do sofrimento contemporâneo, expressões pungentes do desamparo que parece caracterizar a experiência cotidiana contemporânea, experiência de errância simbólica que se apresenta como a expressão psíquica dos novos rumos tomados pelo individualismo na contemporaneidade.

Notas

1. Este trabalho foi elaborado no Grupo de Estudo e Pesquisa *Psicanálise e Subjetividade Contemporânea*, coordenado pela professora Claudia Amorim Garcia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-RJ.
2. Em linhas gerais, resumimos aqui esses diversos aspectos característicos da Modernidade: no plano econômico, a ascensão do liberalismo; no plano político, a democracia; no plano religioso, o protestantismo.
3. Estamos adotando aqui a versão inglesa da obra de Simmel, feita por Levine, em que os dois tipos de individualismo em questão são caracterizados como individualismo de *singleness* – do original alemão *einzelheit* – e individualismo de *uniqueness* – do original alemão *einzigkeit*.
4. Do conjunto de autores que contribuíram para a noção de ideário libertário, Salem (1991) destaca Marcuse (1955), com suas hipóteses a respeito do trabalho como “sublimação

repressiva”, que também se articula com a proposta de Reich de articular revolução e prazer. Nesse sentido a frase de Marcuse, contida em *Eros e civilização*, torna-se magistral: “Hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é uma luta política”.

5. A relação do outro como semelhante, e do Outro como instância simbólica, com o desamparo será examinada ao longo do trabalho, levando-se sempre em conta que a condição de assujeitamento está na origem da constituição do sujeito.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. (1997). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEZERRA, B. Subjetividade moderna e o campo da psicanálise. In: BIRMAN (org). *Freud: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1989.

COSTA PEREIRA, M. E. *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 1999.

COUTINHO, L.G. *Ilusão e errância: adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais*. Tese (Doutorado). Departamento de Psicologia, PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Um sujeito nômade: a adolescência e os novos rumos do individualismo. *Saúde, Sexo e Educação: Revista do IBMR*. X(25), dez/2001.

COUTINHO, L.G.; GARCIA, C.A. Tribos, consumo e desamparo: uma trilogia contemporânea. *Pulsional*. XII(27), nov/1999.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EHRENBERG, A. (1998). *La Fatigue D'Être Soi: Dépression et Société*. Paris: Odile Jacob, 2000.

FIGUEIRA, S. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

FIGUEIREDO, L.C. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500/1900*. São Paulo: Escuta, 1996.

FREIRE COSTA, J. O mito psicanalítico do desamparo. *Ágora: Estudo em Teoria Psicanalítica*. III(1): 25-46, jan-jun/2000.

FREUD, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. vol I.

_____. (1913). *Totem e tabu*. In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. vol XIII.

_____. (1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. vol XX.

_____. (1930). *O mal-estar na civilização*. In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. vol XXI.

GARCIA, C. Sublimação e a cultura do consumo: notas sobre o mal-estar civilizatório. In: RABELLO DE CASTRO, L. (org). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

_____. Mutações do superego. *Cadernos de Psicanálise do Circulo Psicanalítico do Rio de Janeiro*. 13(21): 93-102, 1999.

LASCH, C. (1977). *Refúgio num mundo sem coração*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MARCUSE, H.(1955). *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

RENAUT, A.(1995). *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

SALEM, T. O individualismo libertário no imaginário social dos anos 60/70. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 1(2): 59-65, 1991.

SANTOS, B. A crise do contrato social. In: _____. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SENNETT, R. (1978). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, G. (1957). Freedom and the individual. In: LEVINE, D.(ed.). *On Individuality and Social Forms: Selected Writings*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

Helplessness of the Contemporary Subject and New Ways for Individualism

Abstract

This paper starts with a historical review of the concept of individualism as developed in the West. It then discusses the ways in which contemporary individualism relates to the new modalities of psychic discontent evident in clinical practice today, mainly in the form of an intense experience of psychic helplessness. It argues that this state of affairs results from the fragmentation of identity supports in contemporary society, intensified by the constant pursuit of unlimited pleasure that came along with the progressive consolidation of individualism. Finally it concludes that the prevalent conditions that account for the constitution of psychic experience today interfere with the dynamics of the instinct, thus producing an excess of instinctual stimulation experienced as anxiety, panic, emptiness and lifelessness, here considered as contemporary manifestations of psychic helplessness.

Keywords

Individualism; human subject; psychic helplessness; psychoanalytic practice; contemporary.

Claudia Amorim Garcia

Psicanalista; Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro; Professora Associada do Departamento de Psicologia PUC-RJ.

Rua Belisário Távora, 431/206 – 22245-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro/RJ
tel: (21) 2285-7566
e-mail: cgarcia@webkey.com.br

Luciana Gageiro Coutinho

Psicanalista; Doutora em Psicologia Clínica (PUC-RJ); Membro do Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro; Pesquisadora pela FAPERJ no Instituto de Psicologia (UFRJ).

Rua Marquês de São Vicente, 96 / 404-B – 22451-040 – Gávea – Rio de Janeiro/RJ
tel: (21) 2511-5837 / 9348-5868
e-mail: lugageiro@uol.com.br

recebido em 26/01/03
versão revisada recebida em 22/09/03
aprovado em 29/09/03